

Dívida pública teria resgate de US\$ 2 bilhões

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O Plano Haddad, que teria sido divulgado ontem, previa o resgate de US\$ 2 bilhões de títulos públicos por mês e uma Medida Provisória para estabelecer limites draconianos à expansão da moeda e do crédito. Os créditos dos bancos privados e públicos teriam de obedecer a limites rígidos, da mesma forma que o endividamento interno e externo das empresas estatais.

Essa política monetária seria executada em 90 dias, durante os quais a recessão se agravaria e as taxas de juros do setor privado subiriam rapidamente. Para amenizar esses efeitos sobre a população de baixa renda, o governo gastaria cerca de US\$ 2 bilhões em programas de distribuição de alimentos e de criação de emprego.

Depois desses 90 dias — em que a inflação mensal cairia para cerca de 12% — as tarifas públicas seriam prefixadas. Os preços dos combustíveis e da energia elétrica subiriam de acordo com um índice descendente, baseado na expectativa de inflação. Com isso, esperava-se estabelecer horizontes para alguns dos principais custos do setor empresarial e viabilizar a negociação de uma nova política salarial.

A Taxa Referencial de Juros (TR) seria extinta e a correção

monetária dos ativos financeiros seria feita por um novo índice, também prefixado e decrescente. Se fosse inferior à inflação oficial, a diferença seria compensada no mês seguinte.

A política salarial, não definida, seria estudada em conjunto pelo governo e pelo Congresso.

O Plano Haddad tinha uma série de pressupostos para ser colocado em prática. O ex-ministro pretendia resolver, em primeiro lugar, o que chamava de grandes passivos do setor públicos — os débitos gigantescos do Tesouro, de Estados e Municípios, cujo financiamento anual inviabilizou, na avaliação da ex-equipe econômica, todos os planos anteriores de estabilização econômica. O ex-ministro Paulo Haddad já tinha conseguido que o Congresso aprovasse a renegociação das dívidas do setor elétrico com o Tesouro.

Já estava também no Congresso o projeto de lei de rolagem da dívida de cerca de US\$ 50 bilhões dos Estados e municípios com a União. Com a aprovação desta lei o ministro teria conseguido que os Estados parassem de emitir moeda, como fazem hoje na prática. A situação financeira da Caixa Econômica Federal estava sendo resolvida com o pagamento das dívidas pelo Tesouro. Finalmente, faltava ao ex-ministro realizar a separação entre as contas do Tesouro e do BC.

069